

## APRESENTAÇÃO

“Mundaú ! — soube depois  
que quer dizer *rio torto*.  
Quem te inventou Mundaú, das minhas lavadeiras seminuas,  
dos meus pescadores de traíras? —  
Mundaú! — rio torto — caminho de curvas,  
por onde eu vim para a cidade  
onde ninguém sabe o que é caminho”  
*Jorge de Lima – Caminhos da minha terra (1958)*

A publicação desse número inaugural da Revista Mundaú é parte de um esforço de concretização de diversos projetos de desenvolvimento da antropologia em Alagoas. A Revista é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas, cujas atividades começaram em 2015. Podemos afirmar que, transcorrido um ano desde o começo das atividades do Programa, o lançamento da Revista Mundaú, significa a concretização de mais um projeto que celebramos como uma conquista e nos proporciona enorme alegria e satisfação.

Essa é uma revista eletrônica, de periodicidade semestral e nesse primeiro número aproveitamos o ímpar momento que foi sediar a V Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIV Reunião dos Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE). O evento resultou do esforço e entusiasmo dos antropólogos vinculados a diversas Instituições (UFAL, UNIT, IFAL e UNEAL), visando ampliar o campo da antropologia no estado, bem como oportunizar, enriquecer e consolidar a rede de relações com pesquisadores de outros estados do Brasil e do exterior, e com o anseio de, no futuro, intensificar diálogos e trocas.

Desse evento, realizado entre 19 à 22 de julho de 2015, tomamos de empréstimo seu tema: “Direitos Diferenciados, Conflitos e Produção de Conhecimentos”. Os artigos reunidos no dossiê são, em sua maioria, resultados das conferências que pesquisadores de diferentes latitudes, formações, temáticas e escolhas teórico-metodológicas têm proferido durante o congresso, contribuindo significativamente ao enriquecimento dos debates e garantindo o sucesso do evento.

Seu conjunto apresenta provocações e estímulos para um pensamento reflexivo sobre a produção de conhecimentos no campo antropológico e oferece análises que possibilitam o refinamento da compreensão das mais diversas dinâmicas socioculturais.

O artigo do historiador mexicano, Juan Pedro Viqueira Albán, do Centro de Estudios Históricos El Colégio de México, aborda as memórias elaboradas por ladinos e indígenas sobre a Rebelião de 1712, acontecida na região de Chiapas (México). O autor nos apresenta uma pesquisa aprofundada apoiada em ampla documentação e uma análise crítica das fontes, realçando as diferenças e contradições, bem como elas são construídas. Apresenta-nos ainda

a complexidade da situação histórica vivenciada pelos grupos sociais em conflito, cujas representações sobre a realidade contribuem ainda hoje para a cristalização de “identidades contrapostas” desses grupos sociais. A análise, que conjuga uma abordagem histórica e antropológica, permite ao autor ressaltar que as ações dos atores sociais de ambos os grupos podem ser compreendidas somente através da contextualização temporal, do imaginário e estratégias que são acionados. Ao cotejar a construção das diferentes memórias, o autor ressalta ainda a necessidade de abordá-las de forma interdependentes, destacando as transformações às quais foram sujeitas a partir de novas situações históricas e configurações sociais, adquirindo, assim, nova complexidade. Além da riqueza das descrições, da narrativa cativante e da refinada análise compreensiva, outra contribuição do artigo que pensamos oportuno destacar repousa nas reflexões finais acerca das responsabilidades dos pesquisadores e suas produções. Juan Pedro Viqueira Albán alerta sobre as implicações e efeitos das descrições e análises maniqueístas e atemporais sobre a Rebelião, que alimentam a reificação das identidades desses grupos sociais em interação há séculos e que contribuem para a legitimação da discriminação contra os indígenas.

O antropólogo colombiano, Jairo Tocancipá-Falla, da Universidad del Cauca, apresenta em seu artigo, reflexões acerca das implicações éticas da pesquisa de campo - tema sensível e amplamente debatido nas últimas décadas no Brasil - destacando as consequências de “reciprocidades não cumpridas” no estabelecimento da relação dos antropólogos e seus interlocutores. O autor apresenta tais reflexões a partir das provocações dos indígenas que os receberam durante sua pesquisa de campo na Amazônia equatoriana, que haviam vivenciado a passagem de pesquisadores em períodos diferentes, até distantes, e dos quais mantinham a memória que repassaram às novas gerações. Tocancipá-Falla situa historicamente a passagem dos antropólogos no contexto focado e menciona as assimétricas que caracterizavam as relações com os interlocutores, refletindo sobre as expectativas dos indígenas. Posiciona-se a favor de uma produção de conhecimento dialógica, que denomina “conhecimento antropológico situado em perspectiva”, capaz de incorporar as demandas dos interlocutores desde a construção dos projetos de pesquisa, reconhecendo-se o compartilhamento do contexto social vivenciado. Nas conclusões, argumenta acerca da importância de documentar a atuação dos antropólogos em diferentes períodos, e elucida os desafios que se apresentam aos pesquisadores que assumem compromissos com as coletividades escolhidas para seus estudos, bem como levanta algumas questões para futuras pesquisas.

Também contribui nesse número, Nuno Porto, antropólogo português, atualmente professor da Universidade da Colúmbia Britânica, na qual é curador do Museu de Antropologia. Porto nos apresenta um instigante diálogo que permite traçar caminhos de trocas entre a antropologia e a museologia. O autor nos leva a questionar a construção de acervos e instalações através de construtos teóricos bem fundamentados, como o termo “etnografia

## Apresentação

das ausências” e “etnografia das emergências”, que toma de empréstimo de Boaventura de Souza Santos. Esses construtos são utilizadas para tensionar categorias como a descolonização e a indigenização dos museus. Aproveitando sua experiência no Museu de Antropologia da Universidade na qual trabalha, Porto transporta suas experiências e questionamentos para a construção de uma instalação no Museu de Antropologia e Folclore Théo Brandão, em Maceió. Para isso, o autor leva em conta, o contexto político brasileiro e alagoano, tratando também da “Lei da Escola Livre” ou “Lei da mordaza”, em vigor no estado de Alagoas desde maio de 2016. Em sua reflexão propositiva, Porto nos indica uma nova forma de pensar o museu e seu acervo. Trata-se de uma forma de resistência e reivindicação de direitos, associados a consolidação de conhecimentos e espaços para a multidiversidade.

Parte dos integrantes fundadores do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Adriana Piscitelli, antropóloga nascida na Argentina, é uma das referências dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil. Em seu texto, a autora nos conduz ao debate e tensões históricas entre prostitutas e feministas na luta pela consolidação dos direitos das mulheres no Brasil. Ela questiona os lugares de fala que permitem e fazem parte da construção e da demanda de direitos. Desse lugar tenso em que buscam falar prostitutas e feministas, a autora situa a hostilidade e a construção desse sentimento de um grupo diante do outro. No desenvolvimento de seu texto aborda o momento político de reivindicação de direitos de prostitutas, suas tensões com movimentos feministas e com o Estado no Brasil, desde 2005. Piscitelli situa essa demanda a partir de Hunt, como uma “cascata de direitos”, referindo-se à constante formulação de direitos específicos. Além disso, a autora propõe uma reflexão imprescindível ao fazer antropológico, atentando para os desafios de pesquisas que têm se dedicado a acompanhar as constantes dinâmicas de arenas políticas, cuja mudança é sempre muito rápida. A autora ainda defende a importância de situarmos essas mudanças.

A antropóloga e historiadora Jane Felipe Beltrão, cujas pesquisas com foco na interface da busca por direitos de minorias contribuí significativamente para temáticas de gênero e etnicidade. A autora nos apresenta em seu artigo relatos de violência sofrida por crianças indígenas e quilombolas em meio a práticas de circulação de crianças. Esses relatos são provenientes da recuperação e sistematização de mais de 15 anos de pesquisas no Pará. Beltrão inova sua abordagem acerca da circulação de crianças por focar no binômio violência e luta. Essas categorias ocupam o plano central de sua análise para entender porquê circulam crianças nesse contexto. Nesse sentido, a luta e a busca por quebrar o silêncio intimidador que envolvia essas situações violentas, através da valorização dessas narrativas, é parte de um ato de resistência, busca de cidadania e direitos diferenciados entre quilombolas e indígenas.

Nesse número da revista podemos contar também com a publicação de uma reflexão de Nadia Meinerz, Claudia Mura e Jordânia de Souza Araújo. Essas autoras aproveitam a produção de um relatório para a prestação de contas da XIV ABANNE e V REA para tornar

público os processos, impactos e contribuições na construção e realização de um evento de porte internacional. O sucesso dessa edição se deve a um forte engajamento da equipe organizadora local em pleitear recursos e articular alianças que promoveram diálogo interdisciplinar e interprofissional, que permitiu aproximar algumas instituições com o intuito de promover um debate acadêmico de ponta. Um dos pontos nevrálgicos da realização de qualquer evento que se pretenda internacional é, justamente, a controvérsia sobre as estratégias de internacionalização.

A necessidade da construção de um debate acadêmico na região Norte/Nordeste do Brasil e região Equatorial das Américas é o ponto em que se debruça o artigo da antropóloga Mísia Lins Reesink. O artigo apresenta considerações instigantes e provocadoras sobre os múltiplos sentidos atribuídos ao processo de internacionalização do conhecimento antropológico, os esforços dirigidos para a sua concretização e as diferentes implicações para as instituições das regiões do Brasil. Concentrando suas reflexões sobre o papel desempenhado pela ABANNE desde 1985 e, a partir de 2007, pela REA-ABANNE, apresenta o contexto que impulsionou suas primeiras realizações e ressalta as intenções e os impactos que tais encontros tiveram até agora. Todos esses eventos visaram a redução das assimetrias geopolíticas acadêmicas no país, permitindo que a antropologia do Norte e Nordeste alcançasse maior visibilidade e ampliasse as margens de atuação dos pesquisadores tanto nas próprias instituições, quanto em nível nacional e internacional. A autora explicita sua preocupação com relação aos riscos vislumbrados nos esforços dirigidos em transformar a REA-ABANNE em REA, como uma das três maiores reuniões da América Latina (RAM, RBA, REA). Isso significaria, segundo a autora, abrir mão da ABANNE como “espaço político” de atuação dos antropólogos do Norte e Nordeste e do poder alcançado no decorrer dos 30 anos de suas edições cumpridos em 2015. Esclarece e aponta, por fim, estratégias de internacionalização que possam respeitar as especificidades e necessidades regionais.

Os trabalhos de Reesink e Meinerz, Mura e Araújo lançam questões e tensões que poderão instigar a contribuição no espaço destinado ao debate, que essa revista oferece. Convidamos os leitores que se sentirem tocados por estes textos a expor seus argumentos dentro da seção “Debates” dessa revista. Aproveitamos a ocasião para reafirmar o desejo de criar um espaço de debate aberto para contribuições.

Seguindo o tema do dossiê, esse número da revista conta ainda com o aporte do “Encarte Visual” cujos trabalhos fizeram parte da Mostra fotográfica realizada na V REA e XIV ABANNE, 2015. Trata-se do trabalho de Fernando Firmo, Roberta Tojal e Larissa Serradela. Aproveitamos para agradecer Larissa Serradela pela foto que figura na capa dessa edição. O Encarte visual é uma iniciativa que contempla narrativas etnográficas visuais, que são necessárias para a consolidação desse campo na antropologia brasileira. Cabe dizer, que este espaço de publicação se encontra aberto em nossa revista.

## Apresentação

Contamos também, nesse número, com três resenhas inéditas de obras com temáticas abrangentes e contemporâneas. Esta seção também está aberta para novas contribuições.

A edição de uma revista é articulada em um intenso trabalho de bastidores, no qual a contribuição dos pareceristas é imprescindível. Por isso aproveitamos para agradecer-los pelo trabalho realizado. Agradecemos também aos membros de nosso conselho editorial, por terem aceito nosso convite com vivo entusiasmo.

Como organizadoras desse dossiê almejamos que a Revista Mundaú seja um lugar de encontro desses rios de cursos, muitas vezes, tortuosos. Que esses encontros e caminhos possam abundar, como fazem as águas da lagoa Mundaú, os debates acadêmicos que pretendemos acolher.

Boa leitura!

Claudia Mura e Débora Allebrandt